

LEONARDO PETER DA SILVA

# Justiça Digital SUSTENTÁVEL

PROCESSO ELETRÔNICO E AGENDA 2030



DIALÉTICA  
EDITORA

Copyright © 2021 by Editora Dialética Ltda.  
Copyright © 2021 by Leonardo Peter da Silva.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

**Capa:** Gustavo Araújo  
**Diagramação:** Thiago Gentil  
**Revisão:** Responsabilidade do autor

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S586j Silva, Leonardo Peter da.

Justiça Digital Sustentável : Processo Eletrônico e Agenda 2030 /  
Leonardo Peter da Silva. -- Belo Horizonte : Editora Dialética, 2021.  
168 p.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-5956-985-4

1. Justiça Digital. 2. Sustentabilidade. 3. Processo Eletrônico I. Silva,  
Leonardo Peter da. II. Título.

CDD 340

CDU 34

Ficha catalográfica elaborada por Mariana Brandão Silva CRB-1/3150



**DIALÉTICA**  
EDITORA

 /editoradialetica  
 @editoradialetica  
[www.editoradialetica.com](http://www.editoradialetica.com)

# **SUMARIO**

## **INTRODUÇÃO, 15**

### **1. ACESSO À JUSTIÇA E SUSTENTABILIDADE, 21**

#### **1.1. ACESSO À JUSTIÇA: NOÇÕES PROPEDEÚTICAS, 21**

#### **1.2. DESAFIOS AO ACESSO À JUSTIÇA, 27**

#### **1.3. ACESSO ELETRÔNICO À JUSTIÇA, 34**

#### **1.4. VANTAGENS DO PROCESSO ELETRÔNICO PARA O ACESSO À JUSTIÇA, 36**

1.4.1. Funcionamento Ininterrupto, 36

1.4.2. Desterritorialização, 37

1.4.3. Instantaneidade, 38

1.4.4. Automação de Procedimentos, 39

1.4.5. Acesso Remoto – Possibilidade de Teletrabalho, 40

#### **1.5. DESAFIOS DO PROCESSO ELETRÔNICO PARA CONCRETIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA, 41**

1.5.1. Falta de infraestrutura do sistema elétrico, de telefonia e de transmissão de dados, 41

1.5.2. Disponibilidade dos sistemas limitada e sem padronização, 43

1.5.3. Limitações dos ativos de tecnologia e de formação dos usuários, 44

1.5.4. Diversidade de sistemas e de requisitos para acesso, 45

1.5.5. Imposição de requisitos não previstos na legislação para o exercício de direitos, 46

#### **1.6. DO ACESSO À JUSTIÇA AO ACESSO SUSTENTÁVEL À JUSTIÇA, 47**

1.6.1. A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 47

1.6.2. A Agenda 2030 e o acesso eletrônico à justiça, 49

## **2. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO, 61**

### **2.1. MODELOS DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO, 61**

**2.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO PROCESSO ELETRÔNICO, 66**

**2.3. RESOLUÇÃO CNJ Nº 185, DE 2013, 67**

**2.4. ACÓRDÃOS 1534/2019 E 2332/2019 DO TCU – DEFINIÇÃO PELO PJE, 76**

**2.5. RESOLUÇÃO CNJ Nº 335, DE 2020, 86**

**2.6. REALIDADE DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, 92**

**2.7. O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19, 94**

### **3. A PJE SOB A PERSPECTIVA DO USUÁRIO, 99**

**3.1. RECORTE DA PESQUISA APLICADA, 99**

**3.2. ESTADO DA ARTE – ANÁLISE DOS DADOS E ESTATÍSTICAS, 101**

3.2.1. Bloco 1: Segurança no Pje, 101

3.2.2. Bloco 2: Nível de satisfação com o Pje, 104

**3.3. DADOS COLETADOS JUNTO À OUVIDORIA DO CNJ, 117**

### **4. ACESSO SUSTENTÁVEL À JUSTIÇA NO BRASIL - LIMITES E POSSIBILIDADES, 121**

**4.1. INVENTÁRIOS DE PROBLEMAS (DIAGNOSES) E PROPOSTAS DE SOLUÇÕES (PROG-  
NOSES), 121**

**4.1.1. CRIAÇÃO DE UM PORTAL ÚNICO DO PODER JUDICIÁRIO (“JUS.BR”), 121**

4.1.2. Padronização da Disponibilidade do Sistema, 125

4.1.3. Acessibilidade Digital, 127

**4.2. PROPOSTA REGULAMENTAÇÃO, 128**

4.2.1. Produto Final, 129

### **CONCLUSÃO, 135**

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 139**

### **APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PESQUISA, 147**

### **APÊNDICE B - DADOS SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PJE (2020), 151**

**APÊNDICE C - INFORMAÇÕES COLETADAS JUNTO À OUVIDORIA DO CNJ, 163**

**APÊNDICE D - DECISÃO DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE INFORMAÇÕES  
JUNTO AO TJDFT, 165**